



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER
LOCAL E HABITAÇÃO
XIII Legislatura - 3.ª Sessão Legislativa

REUNIAO DE 10 DE ABRIL DE 2018

INFORMAÇÃO

Sobre a discussão dos **PJR 1454/XIII/3 (PCP)** - *Recomenda ao Governo que tome diligências para assegurar a suspensão imediata dos despejos nas torres da Fidelidade Seguros em Santo António dos Cavaleiros (Loures) e a garantia do direito à habitação* e **PJR 1479/XIII/3 (BE)** - *Recomenda ao Governo medidas para impedir o despejo massivo nas torres da Seguradora Fidelidade em Santo António dos Cavaleiros (Loures)*

I. Os referidos Projetos de Resolução foram discutidos ao abrigo do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, em reunião da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação (CAOTDPLH) realizada em 10 de abril de 2018. Esta discussão foi gravada em áudio http://srvvideo3/site/XIIILEG/3SL/COM/11_CAOTDPLH/CAOTDPLH_20180410_3.mp3 dando-se o seu conteúdo por aqui por reproduzido, fazendo parte integrante da presente informação.

II. As posições dos Grupos Parlamentares, foram, em síntese, as seguintes:

1. Em nome do Grupo Parlamentar do **PCP**, a Senhora **Deputada Rita Rato**, subscritora do **PJR 1454/XIII/3 (PCP)** - *Recomenda ao Governo que tome diligências para assegurar a suspensão imediata dos despejos nas torres da Fidelidade Seguros em Santo António dos Cavaleiros (Loures) e a garantia do direito à habitação* procedeu à apresentação do mesmo. De acordo com o exposto, aproveitando a Lei em vigor, a Fidelidade Seguros, proprietária de três torres de apartamentos e outras habitações, notificou alguns moradores de que o seu contrato não irá ser renovado, e que em 120 dias seriam obrigados a ceder os imóveis que atualmente arrendam. Assinalou ainda que, no dia 27 de março, quando o Grupo Parlamentar PCP reuniu com os moradores e procedeu à elaboração do projeto ainda não era conhecida a extensão dos riscos de vulnerabilidade dos arrendatários da Fidelidade, sabendo-se agora que no concelho de Oeiras também poderão vir afetadas outras famílias. Assim, pretende o GP do PCP, com o presente Projeto de Resolução, que a Assembleia da República recomende ao Governo as seguintes medidas: 1) desenvolva todas as diligências



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

C COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER
LOCAL E HABITAÇÃO

XIII Legislatura 3.ª Sessão Legislativa

para assegurar a suspensão imediata dos despejos nas torres da Fidelidade Seguros em Santo António dos Cavaleiros (Loures) e garanta o direito à habitação a estas famílias; 2) Crie uma comissão de acompanhamento deste processo, com representantes do Governo, da Autarquia e da Comissão de Moradores.

2. O Senhor **Deputado Jorge Costa (BE)** em representação do Grupo Parlamentar a que pertence, procedeu à apresentação do **PJR 1479/XIII/3 (BE)** - *Recomenda ao Governo medidas para impedir o despejo massivo nas torres da Seguradora Fidelidade em Santo António dos Cavaleiros (Loures)*, começando por alertar para a consciência nacional da dimensão do problema dos arrendatários da Fidelidade, o que leva o Grupo Parlamentar do BE a propor que sejam recomendado ao Governo que desenvolva todas as medidas necessárias a impedir o despejo massivo anunciado para as torres da seguradora Fidelidade em Santo António dos Cavaleiros (Loures); e que, em articulação com a Autarquia Local, promova o acompanhamento e apoio aos moradores no sentido de garantir o direito à habitação.

III. A Senhora **Deputada Helena Roseta (PS)** transmitiu aos presentes que o Grupo Parlamentar do PS reconhece a gravidade desta questão. O PS não apresentou um projeto de resolução sobre a matéria porque pretendeu conhecer primeiro a posição de todas as partes. Neste momento, não se verificam ainda acções de despejo nestes caso, o que existe são cartas de oposição à renovação dos contratos e a ameaça dos consequentes despejos sobre um vasto universo de famílias. A dimensão do problema, no entanto, ultrapassa o concelho de Loures. São 277 os prédios da Fidelidade no país e só em Lisboa são 150, correspondendo a cerca de 1.500 moradas. É um problema nacional. Mostrou abertura para todas as medidas que possam ser tomadas para apoiar as famílias. Assinalou, porém, que o Governo não pode suspender diretamente despejos, pelo que o projeto de resolução do PCP poderia ser redigido com maior precisão, explicitando que se trata de ameaça de despejos, e ter um âmbito territorial mais vasto.

Usou depois a palavra o Senhor **Deputado Álvaro Castelo Branco (CDS/PP)**, que explicou que o seu Grupo Parlamentar é sensível à situação destes moradores, mas que discorda do que vem dito nos preâmbulos de ambos os projetos. Saliu também que a atual legislação contém mecanismos de proteção, nomeadamente para pessoas com mais de 65 anos de idade, mas esse aspeto da lei vigente não transparece em nenhuma das iniciativas em debate. Relativamente à proposta de criação de uma



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

C COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER
LOCAL E HABITACÃO

XIII Legislatura 3.ª Sessão Legislativa

Comissão de Acompanhamento, o CDS/PP nada tem a obstar, da mesma forma que também aceita o segundo ponto do projeto do Grupo Parlamentar do BE. Todavia, manifestou sérias reservas ao ponto um dessa iniciativa, que utiliza a expressão “despejo massivo”, que não considera aplicável quando estão em causa oito situações, às quais poderão vir a acrescer outras sete, e que estas últimas, aliás, conforme explicou a Senhora Secretária de Estado, poderão nem sequer avançar, a verificar-se o que resultou da reunião com a Companhia Fidelidade.

Seguidamente, a Senhora **Deputada Sandra Pereira (PSD)** informou que o Grupo Parlamentar do PSD não acompanha as iniciativas, considerando que o Governo não está a cumprir as suas obrigações, pois existem muitos mecanismos aprovados pelo anterior Executivo para obviar a este tipo de situações vulneráveis, mas que não foram até esta data desenvolvidos e aplicados no sentido de proteger os arrendatários contra atualizações de rendas.

Foi novamente atribuída a palavra à Senhora **Deputada Rita Rato**, que manifestou disponibilidade para reformular a redação do projeto em conformidade com as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS. Assim, o proponente comprometeu-se a efetuar as seguintes alterações nas propostas de recomendação ao Governo:

- 1- *Desenvolva todas as diligências para assegurar a suspensão imediata da ameaça de despejos nas torres da Fidelidade Seguros em Santo António dos Cavaleiros (Loures) e em todos os concelhos com processos idênticos, e garanta o direito à habitação a estas famílias;*
- 2- *Crie uma comissão de acompanhamento deste processo, com representantes do Governo, das Autarquias e da Comissão de Moradores.*

Houve ainda lugar a intervenções dos Senhores **Deputados Álvaro Castelo Branco (CDS/PP)**, **Helena Roseta (PS)** e **Sandra Pereira (PSD)** e, para uma alocução final, do Senhor **Deputado Jorge Costa (BE)**, assim se concluindo o debate.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DESCENTRALIZAÇÃO, PODER
LOCAL E HABITAÇÃO

XIII Legislatura 3.ª Sessão Legislativa

IV. Conclusão

Os **PJR 1454/XIII/3 (PCP)** - *Recomenda ao Governo que tome diligências para assegurar a suspensão imediata dos despejos nas torres da Fidelidade Seguros em Santo António dos Cavaleiros (Loures) e a garantia do direito à habitação* e **PJR 1479/XIII/3 (BE)** - *Recomenda ao Governo medidas para impedir o despejo massivo nas torres da Seguradora Fidelidade em Santo António dos Cavaleiros (Loures)* encontram-se em condições de poder ser agendados, para votação, em reunião plenária da Assembleia da República.

O Presidente da Comissão,

(Pedro Soares)